II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES
Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares
28, 29 e 30 de abril de 2011
MARINGÁ - PR
UEM Universidade Estadual de Maringá
ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: O DIREITO À EDUCAÇÃO SEXUAL

Tito Marcos Domingues dos Santos
Escola Municipal Rivadávia Corrêa

Resumo: Pesquisas mostram que a educação sexual tem sido negada aos deficientes intelectuais durante toda a história da sociedade. Estes geralmente são privados do acesso a estas informações tanto pela família quanto pela escola. Numa escola da cidade do Rio de Janeiro, deficientes intelectuais começaram a expressar de forma meio explícita sua sexualidade. Foi desenvolvido pelo professor da turma um projeto de educação sexual que teve como objetivo geral educar para não repreender, mas sim, proporcionar acesso à sexualidade. Usou-se como referencial os estudos de Glat & Freitas; Egypto e Britzman que frisam que todo ser humano deve ter acesso à sexualidade e pode exercê-la bem. Como metodologia utilizou-se da observação participante e entrevistas. Concluiu-se que, quando bem orientados, os portadores de deficiência intelectual passam a ter responsabilidade sexual e a demonstrar capacidade de exercerem sua sexualidade.

Palavras-chave: sexualidade; deficiência; educação

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz um relato da experiência vivida pelo professor de classe especial composta por deficientes intelectuais ou mentais da Escola Municipal Rivadávia Corrêa na Cidade do Rio de Janeiro- RJ. Ele relata o projeto de educação sexual desenvolvido pelo professor da turma na escola que teve início em abril de 2010 e término em novembro do mesmo ano. Teve como principal objetivo proporcionar uma maior inserção dos alunos com deficiência intelectual a um programa que tratasse de sexualidade.

A ideia do projeto surgiu quando alunos deficientes intelectuais de duas turmas diferentes começaram a expressar sua sexualidade de forma inadequada no espaço escolar. Atitudes como masturbação em sala e masturbação bem demorada no banheiro foram notadas pelos professores, tanto por alunos do sexo masculino como do sexo feminino. Além disso, alguns alunos do sexo masculino foram flagrados tocando, de forma violenta, em partes íntimas no corpo de algumas alunas.

Percebeu-se que não dava mais para fugir do assunto da sexualidade com estes alunos. Mas de que forma teria de ser abordado? Deveria ser com a finalidade de reprimir,

como se estes não tivessem o direito à sexualidade e à educação sexual, ou de orientar para que estes pudessem estar mais preparados para exercerem esta necessidade do ser humano?

Esse trabalho teve como objetivo principal não só desenvolver um programa de educação sexual que envolvesse alunos especiais dessa escola como também verificar se ao receberem uma boa educação sexual esses poderiam deixar de ter comportamentos sexuais inapropriados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os pensamentos de Glat & Freitas (2007) começaram a nortear o trabalho. As autoras colocam que pessoas com deficiência intelectual, muitas vezes, apresentam comportamentos sexuais inapropriados por não terem tido acesso à informações que tratassem deste assunto. Segundo as autoras,

> pessoas com deficiência mental exibem comportamentos sexuais inapropriados, ou são sexualmente inativas ou inibidas, por não lhes ter sido dada uma educação e orientação sexual adequada, ou pelo menos, a oportunidade de "aprender na vida", como os demais. (p.18)

Refletindo com base nesse referencial, o comportamento sexual inapropriado de alguns alunos com deficiência intelectual poderia ser fruto da falta de acesso à informação e educação sexual. Será que recebendo uma boa educação sexual estes alunos poderiam deixar de manifestar essas atitudes inapropriadas e em público?

Muitos acreditam que a sexualidade dos deficientes intelectuais é "anormal" ou com falta de afetividade. Acham que por serem "eternas crianças" e dependentes, não poderão arcar com as conseqüências deste ato. Também acham que muitos deles, por terem desenvolvido poucos pudores, não saberão a hora certa nem o local certo para executarem suas vontades sexuais. Esse olhar subestimado a respeito da sexualidade dos deficientes intelectuais é constatado não só entre a família como também por professores. Symansky & Jansen (1980) apontavam sobre isso quando diziam que

> podemos ser tentados a especular que, do ponto de vista psicodinâmico, a negação dos direitos sexuais das pessoas retardadas mentais é uma extensão da atitude de que elas são eternas crianças. Sexo é proibido para crianças; é o privilégio dos adultos. A noção de uma criança tendo atividade sexual pode estimular a ansiedade dos adultos, talvez até

> mesmo por eles terem tido sua própria sexualidade reprimida durante a infância. Logo, qualquer forma de expressão sexual deve ser, então, reprimida (p. 114)

Não se deve achar que todos os deficientes mentais apresentem características e atitudes infantis. Segundo a Associação Americana de Retardo Mental, deficiência mental é caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual global, acompanhadas por dificuldades acentuadas no comportamento adaptativo, manifestadas antes dos dezoito anos de idade. (Glat & Freitas, 2007)

Mesmo apresentando algumas características semelhantes, os deficientes intelectuais ou mentais não formam um grupo homogêneo. Indivíduos com deficiência intelectual leve ou moderada têm muito mais em comum com os "normais" do que com os deficientes intelectuais severos ou profundos (Symansky & Jansen, 1980). Isso deve ser levado em conta em vários aspectos da vida desses indivíduos, inclusive em relação à sexualidade.

Para que o projeto de educação sexual tivesse consistência e pudesse surtir um bom efeito era necessário envolver demais integrantes da comunidade escolar, ou seja, envolver alunos de classe comum, professores tanto de classe especial como de classe comum, pais e demais funcionários.

Muitos pais e professores não acham viável criar um programa de educação sexual que envolva os alunos especiais. Pensam que como a maioria desses alunos não vai ter vida sexual ativa, não precisará ter acesso à informação. Muitos também acham que falar de sexo poderia ainda mais suscitar a curiosidade e ser ainda mais difícil de controlar os comportamentos sexuais inadequados desses indivíduos. Quanto mais quando se imagina em futuras consequências que a sexualidade mal usada pode acarretar, como doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada. Ao invés de ficar fugindo do assunto sobre as consequências do ato sexual irresponsável "O fundamental é criar um espaço em casa ou na escola para falar de fecundação e da necessidade de evitar a gravidez" (Gherpelli, 1995, p. 101). E também de se evitar as doenças sexualmente transmissíveis.

Mas essa ideia de privação em educação sexual para esse grupo de indivíduos vai de encontro ao que é defendido por Egypto (2003), quando este coloca seu olhar sobre a sexualidade:

ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

> A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que pode ser separado dos outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita á presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, o contato e a intimidade e se expressa na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico. (1975 *apud* Egypto, 2003)

O autor frisa que a sexualidade é um direito humano e não aponta nenhum aspecto negativo nesta necessidade humana. Pelo contrário, estudos comprovam que a sexualidade pode trazer grandes benefícios ao indivíduo. Por exemplo, a sexualidade promove a aprendizagem de si mesmo e do seu corpo. “Podemos começar a ver que a sexualidade permite desenvolver nossa capacidade de curiosidade. Sem a sexualidade não haveria qualquer curiosidade e sem curiosidade o ser humano não seria capaz de aprender” (Britzman, 2007 p 89)

Seria justo privar seres humanos de usufruírem das suas necessidades individuais e afetivas apenas por temer consequências desses atos? Subestimar os direitos dessas pessoas não seria uma forma de estarmos excluindo? Se quisermos incluir esses cidadãos de forma plena na sociedade deveremos estar constantemente refletindo sobre os seus direitos. Inclusão não significa apenas aprendizagem escolar. Também “é um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena (...) de qualquer cidadão em qualquer arena da sociedade em que viva, à qual ele tem direito, e sobre a qual ele tem deveres” (Santos & Paulino, 2003: 81)

METODOLOGIA:

Como metodologia para realização deste trabalho utilizou-se da pesquisa qualitativa. (Bogdan & Biklen, 1994); (Monteiro, 1998), adotando os seguintes procedimentos:

1- **Entrevistas semi-estruturadas:**

ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

Realizadas com os pais ou responsáveis e também com os professores com o objetivo de saber deles se era viável um programa de educação sexual para deficientes intelectuais.

2- Observação participante feita através da elaboração das seguintes atividades:

a) Planejamento com o grupo de professores que participaram do projeto. Neste foram programadas as atividades a serem executadas no projeto

b) Aula expositiva envolvendo as duas turmas de classe especial de alunos com deficiência mental da escola, onde era exposto o tema utilizando recursos como: livros, cartilhas, atlas do corpo humano e retroprojetor.

c) Atividades na sala de leitura onde eram convidados a participar alunos de classe comum. Essa era uma das oportunidades em que os alunos deficientes intelectuais interagiam com os outros alunos trocando informações sobre sexualidade. Neste espaço eram pesquisados literaturas e informativos que tratavam de educação sexual e sexualidade. Geralmente os alunos eram separados em grupos mistos onde participavam tanto deficientes intelectuais e não deficientes. Eram realizadas dinâmicas de grupo onde eram trabalhadas noções que focalizavam a identidade corporal.

d) Culminância do projeto feito através de uma exposição de trabalhos realizados por vários alunos da escola. Trabalhos como: cartazes, produções textuais e peça de teatro. Esta culminância teve a participação de toda comunidade escolar (alunos, professores, pais e demais funcionários).

Modelo do questionário feito para os pais:

Questões:

1) Você acha importante uma educação sexual para o seu filho?

( ) Sim

( ) Não

2) Em caso negativo, o que leva você a discordar que o seu filho tenha uma educação sexual?

( ) O fato de suscitar maior curiosidade ao sexo

( ) O perigo de consequências como, gravidez indesejada; doenças sexualmente transmissíveis; demonstração de conduta sexual inapropriada.

Modelo de questionário feito com os professores:

a) Você acha que o deficiente intelectual deve receber uma educação sexual na escola?

( ) Sim

( ) Não

b) Em caso positivo, essa educação deverá ser para:

( )Reprimir a manifestação da sexualidade

( )Informar para que este possa exercer a sexualidade com responsabilidade e consciência.

RESULTADOS E CONCLUSÕES:

O questionário realizado com 8 pais de alunos de classe especial revelou que 3 desses achavam importante que seus filhos tivessem uma educação sexual na escola e 5 desses achavam isso inapropriado. Desses 5 pais que achavam inviável a educação sexual na escola, 2 temiam conduta sexual inapropriada ou em público; gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis. Os outros 3 achavam que essa educação sexual poderia ainda mais aguçar seu interesse por sexo.

Em relação ao questionário realizado com 12 professores de diferentes áreas na escola, 8 achavam importante a realização de um programa de educação sexual que atendesse aos alunos com deficiência intelectual. Desses 8 professores que concordavam com a ideia, 4 achavam que essa educação deveria ser repressiva.

Interessante notar como, mesmo entre professores, ainda existe um grande número que fica dividido com a ideia de uma educação sexual para essa clientela. E muitos daqueles que concordam que esses alunos devam receber uma educação sexual, acham que essa

educação tem que ser para evitar que eles demonstrem ou expressem sua sexualidade. Em outras palavras alguns professores, como os da escola citada, acreditam que essa educação deva ser para reprimir. Não apostam que o deficiente intelectual possa a ter uma vida sexual ativa e satisfatória.

Como resultado das atividades realizadas na observação participante, constatou-se que muitos dos alunos que demonstravam comportamentos sexuais inadequados, tais como masturbação em sala e atitudes sexuais violentas para com outros, não tinham recebido uma educação sexual durante sua trajetória de vida nem por parte dos pais nem por parte da escola. Quando recebem uma boa educação sexual esses indivíduos passam a demonstrar menos atitudes sexuais inapropriadas. (Glat & Freitas, 2007).

Depois que a temática da sexualidade foi desenvolvida com esses alunos da escola, os que demonstravam atitudes inapropriadas começaram a apresentar um progresso. O resultado não foi imediato, mas foi contínuo. Até o final do projeto que durou 7 meses, muitos desses alunos haviam melhorado em atitudes e também passaram a demonstrar um maior conhecimento sobre o assunto. Até aqueles alunos que antes não tinham demonstrado nenhum interesse pela temática começaram a despertar para o assunto da sexualidade.

De acordo com os estudos de Glat & Freitas (2007); Gherpelli (1995); Egypto (2003) e outros autores, se o deficiente intelectual receber uma boa educação sexual ele passará a deixar de demonstrar atitudes sexuais inapropriadas, assim como os demais seres humanos se forem bem educados. Isso foi bem constatado na Escola Municipal Rivadávia Corrêa. A educação sexual para esses indivíduos não deve ser para reprimir, mas sim para informar e desenvolver seu senso crítico com o intuito de levá-los a reconhecer as possibilidades e os limites que essa necessidade humana exige.

Constatou-se também que a sexualidade é uma necessidade básica de todos os seres humanos e que não podem ser características físicas, culturais ou de qualquer outra natureza que possam privar a sociedade de usufruir desse bem natural.

REFERÊNCIAS:

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação – uma introdução as teorias e aos métodos. Porto/Portugal: Porto Editora, 1994.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes.(Org.). O corpo educado**:** pedagogia da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

EGYPTO, Antônio Carlos. Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante. São Paulo: Cortez, 2003.

GHERPELLI, Maria Helena B. V. Diferente mas não desigual: sexualidade no deficiente mental. 2. ed. São Paulo: Gente, 1995.

GLAT, Rosana; FREITAS, Cândida de. Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

MONTEIRO, R. A. (orgs.) Fazendo e aprendendo pesquisa qualitativa em educação. Juiz de Fora, MG: Feme/ UFJF, 1998.

SANTOS, Mônica Pereira dos & PAULINO, Marcos Moreira. Inclusão em educação: uma visão geral. In: SANTOS, Mônica Pereira dos & PAULINO, Marcos Moreira. (orgs.) Inclusão em educação culturas, políticas e práticas. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

SYMANSKY, L. S. & JANSEN, P. E. Assessment of sexuality and sexual vulnerability of retarded persons. In SYMANSKY, L.S. & TANGUAI, P.E (Orgs.) Emotional Disorders of Mentally Retarded Persons. Baltimore: University Park Press, 1980.